



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

**FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO SOBRE O EIXO
CURRICULAR – EDUCAÇÃO PELA FILOSOFIA – DAS DIRETRIZES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**

Fabiana Muranaka / UFPR (fabiana.muranaka@ig.com.br)

Resumo

A Educação pela Filosofia é apresentada pelas Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) como eixo curricular. Discutir a presença da Filosofia no currículo do Ensino Fundamental, sua natureza e implicações teóricas e metodológicas, constitui uma inquietação cada vez mais pertinente, devido à expansão dessa tendência. Compreender o significado deste eixo curricular implica numa incursão analítica dos documentos e em seus referenciais teóricos. No debate sobre o Programa de Filosofia para Crianças buscam-se relações entre a proposta original, suas críticas no Brasil e sua presença nas Diretrizes em questão. Previamente, pretende-se desenvolver esta investigação a partir de sua divisão em três partes: análise da bibliografia existente sobre o Programa de Filosofia para Crianças; análise de documentos atribuídos ao segundo eixo das Diretrizes Curriculares da rede municipal de Curitiba em suas três versões e em seus indícios históricos; levantamento de dados – a) junto à direção do Ensino Fundamental na SME – através de entrevista informativa; b) junto ao corpo docente da rede municipal de Curitiba – através da aplicação de questionário informativo, para analisar a concepção de Filosofia e a visão dos professores sobre o eixo Educação pela Filosofia. A ausência de um embasamento teórico assumido dificulta a compreensão do eixo curricular, para que se possa situar o leitor ou, no limite, proporcionar uma orientação para o aprofundamento ou discussões das propostas apresentadas.

Palavras chaves: *Filosofia – Currículo – Ensino Fundamental*

Introdução

As Diretrizes Curriculares¹ da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) estabelecem-se sobre três princípios: a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a Educação pela Filosofia e a Gestão Democrática do Processo Pedagógico – que se justificam através de sua articulação. Conforme este documento, os pressupostos teórico-metodológicos do Programa de Filosofia para Crianças, criado pelo professor norte-americano Matthew Lipman, constituem o ponto de partida para a inserção do eixo Educação pela Filosofia na Rede.

A SME apresenta neste documento números relacionados a cursos promovidos para a capacitação dos professores², a projetos espontâneos³ de Filosofia em caráter experimental e a projetos “Fazendo Escola”⁴ com temas relacionados à ética, valores humanos e cidadania. No entanto, estes números não refletem o significado do trabalho com a Filosofia no ambiente escolar, uma vez que é necessário analisar estes cursos de capacitação, para nortear como se dá para o educador o sentido da Filosofia (ou se pode efetivamente assim nomeá-la) na educação de crianças; também é necessário observar o tratamento da Filosofia nos Projetos, tanto espontâneos como “Fazendo Escola”, uma vez que se é possível falar de ética, valores humanos e cidadania, sem precisamente dar um tratamento filosófico a estes temas. Justifica-se a importância da disciplina esquecida na maioria dos currículos escolares, como uma possibilidade de atender a inquietação humana e a sua dimensão reflexiva dentro de um contexto atual, onde a produção do conhecimento acelerada requer do sujeito uma capacidade crítica e criativa.

O que não se evidencia, nos números e objetivos acima é a forma como este processo interage no aprendizado do aluno. Pretender o desenvolvimento das habilidades do pensamento denota uma preocupação inerente à educação e, neste caso, somente a coerência já é capaz de sustentar este eixo. Contudo, é necessário verificar como este eixo curricular é sustentado para além da esfera documental: como as escolas

¹ As Diretrizes Curriculares em Discussão é um documento que data do fim do ano de 2000. No ano de 2004, uma versão foi lançada pela equipe que findava sua gestão, mas não chegou a ser efetivada nas escolas. Em 2006 foi publicada uma nova versão das Diretrizes, fundamentada nas discussões e estudos realizados pelas escolas sobre a primeira versão do documento, formalmente os princípios curriculares permanecem os mesmos.

² Capacitação: Filosofia para Crianças – Educação para o Pensar: 1997 – 51 professores – 40 escolas CEIs; 1998 – 61 professores – 18 escolas; 1999 – 247 professores – 59 escolas; total: 351 professores. / Escolas da RME com projetos de Filosofia: 1997 – 4 projetos espontâneos; 1998 – 3 projetos espontâneos – 21 projetos Fazendo Escola; 1999 – 3 projetos espontâneos – 52 projetos Fazendo Escola. (CURITIBA, Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes Curriculares: em Discussão*. Curitiba, 2000).

³ Projetos desenvolvidos nas escolas sem compromisso com o Projeto Fazendo Escola.

⁴ Programa de incentivo ao docente para elaboração de projetos, que conta com assessoria de docentes universitários e gratificação remunerada.

trabalham a existência do eixo Educação pela Filosofia. No limite, faz-se necessário investigar qual concepção filosófica está presente nas Diretrizes Curriculares de Curitiba. Nesse sentido, verificar a concepção que subjaz essa proposta remete-se a uma análise que necessita investigar os pressupostos históricos, teóricos e metodológicos que estruturam os processos pedagógicos e que imprimem significados a saberes filosóficos no ensino fundamental.

Afirma-se no documento das Diretrizes que “a Filosofia no currículo deve ir além de práticas docentes isoladas” (SME-CURITIBA, 2000: 38), ela deve permear toda a ação e preocupação pedagógica. Desta forma, entende-se a necessidade de sua constituição enquanto princípio curricular, referindo-se a seu papel como estratégia metodológica, como “uma abordagem que supera o ensino de Filosofia” (Idem: 44), pois “recupera o pensar em todas as áreas do conhecimento, provoca o diálogo entre elas e promove a interdisciplinaridade” (Idem: 39). Qual seria o conteúdo desta estratégia metodológica filosófica? Salvaguarda-se algum conteúdo filosófico nesta “transposição” ou “transformação” didática? Há a possibilidade de se trabalhar com uma área do conhecimento somente como estratégia metodológica? Pode uma área do conhecimento promover a interdisciplinaridade se ela não se afirma como disciplina?

O Sentido da Filosofia e a Educação pela Filosofia

Historicamente, o ensino de Filosofia no Brasil não participou de forma significativa do currículo escolar. Sua chegada no Brasil foi através dos jesuítas com a finalidade de fortalecer a Igreja Católica e seu conteúdo se confundia com os ensinamentos religiosos. Mais tarde, a disciplina começa a participar dos estudos nas Faculdades de Direito em São Paulo e Recife, após 1927. E a disciplina estava presente no currículo de liceus e ginásios do curso secundário desde o início do século, entretanto, com caráter marcadamente propedêutico. Depois da Revolução de 1930, as reformas educacionais abrem maior espaço para a Filosofia no currículo escolar, mas ainda de forma complementar e para os anos finais do Ensino Médio: “Um olhar atento sobre a história do ensino de Filosofia no Brasil permite-nos identificar a existência, entre os anos 1930 e 1970, de programas oficiais de filosofia obrigatórios, mas com isso não significou, na prática, um efetivo ensino de Filosofia” (HORN, in KUENZER, 2000: 193). Desta forma, do ponto de vista histórico, as Diretrizes Curriculares da SME

devem ser investigadas em relação à Filosofia, por constituir uma iniciativa com poucos registros na história do país e singular na história da capital do Estado. Nesse sentido, também se faz pertinente essa investigação na busca de elementos para uma discussão política acerca deste tipo de proposta, possibilitando identificar qual o discurso ideológico que fundamenta tais iniciativas.

O texto das Diretrizes Curriculares remete-se diretamente ao Programa de Filosofia para Crianças do professor Matthew Lipman, cujos objetivos permeiam o desenvolvimento da cidadania responsável através da comunidade de investigação. Resta-nos compreender qual é o conceito de cidadania trabalhado neste método de ensino e como os valores éticos pensados são efetivamente praticados nesta comunidade de investigação, pois como afirma Sharp, este não é um espaço abstrato:

“(...) a comunidade de investigação tem uma estrutura baseada nos dois aspectos de comunidade – o que evoca um espírito de cooperação, cuidado, confiança, segurança e senso de objetivo comum – e investigação – o que evoca uma forma de prática de autocorreção, levada pela necessidade de transformar o que é intrigante, problemático, confuso, ambíguo ou fragmentado em algum tipo de todo unificador, que satisfaz os envolvidos e que culmina, embora experimentalmente, em julgamento. Pode-se argumentar que esses dois aspectos são independentes (...) mas colocados juntos, os dois formam um só conceito de grande profundidade e riqueza.” (SHARP, 1999:31).

Assim, do ponto de vista social, é relevante pesquisar o significado da Educação pela Filosofia pelos elementos éticos e de cidadania que ela pretende desenvolver nas crianças. Pois o olhar atento às maneiras como estes elementos são trabalhados em sala de aula, permite comparar os problemas entre a teoria e a prática no exercício da cidadania, assim como serve de partida para uma reflexão crítica da sociedade que temos e a que desejamos.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa justifica-se pela carência de produções que analisem o ensino de Filosofia para crianças. Por se tratar de uma prática relativamente jovem na história da Educação, o ensino de Filosofia nas séries iniciais do nível fundamental tem sido encarado de forma experimental. Comparativamente, há uma tradição histórica pequena em relação ao Ensino Médio e uma escassez de estudos ainda maior. Neste sentido, a academia necessita analisar, do ponto de vista teórico, uma prática educacional que a sociedade já aceitou e faz uso há pelo menos duas décadas. Portanto, há a necessidade de se ampliar perspectivas científicas para a

compreensão do trabalho desta disciplina, nos anos iniciais da educação formal, analisando seus referenciais teórico-metodológicos, para uma possível crítica do ensino de Filosofia em sua totalidade e para possibilitar um posterior exame da validade dessa proposta de trabalho com crianças.

Os conceitos e definições que delimitarão o campo epistemológico da análise dos dados a serem investigados, dar-se-ão a partir do referencial teórico de Matthew Lipman – por se tratar do principal referencial desta literatura na História da Educação e do fundamento para a elaboração da proposta presente nas Diretrizes Curriculares da SME de Curitiba – e seus principais colaboradores na formulação do Programa de Filosofia para Crianças (PFC). De modo que os pressupostos teórico-metodológicos deste programa possam ser analisados em sua transposição prática, da mesma forma que também possam ser discutidos em sua fundamentação filosófica. Também serão utilizados dados de pesquisas que procuram compreender a implantação e expansão deste Programa no Brasil, possibilitando uma discussão sobre o contexto regional articulada sobre os planos nacional e original.

A partir da discussão sobre a necessidade de uma reforma educacional, Matthew Lipman afirma a possibilidade deste movimento, após se repensar uma abordagem metodológica para a transformação no sistema educacional. Essa reformulação deve ultrapassar o âmbito compensatório, que propicia a superficialidade e ineficácia de propostas de mudança, ela deve se dar de modo global, encarando a educação como um todo coerente e consistente. De forma que, as condições sócio-econômicas não sirvam de pretexto para as deficiências unicamente educacionais. Para Lipman, o resgate deste valor intrínseco da educação deve iniciar-se pelo questionamento dos atrativos da aprendizagem formal. Verifica-se assim, a subversão do sentido da educação e da escola no processo ensino-aprendizagem. A descoberta autônoma de significados reforça o caráter humano da educação e a via para este tipo de descoberta, segundo ele, é o diálogo investigativo – a discussão que, ao contrário da leitura passiva, proporciona a reflexão subjetiva, por conta da experiência vivenciada durante a investigação. Assim, o autor localiza a frustração do aprendiz no processo indutivo de conhecimento, que parte da especificidade para a generalidade, e sugere o processo dedutivo como forma de acesso à constituição de significados, ou seja, um percurso do abrangente para o específico. Nesta perspectiva, o papel da educação é de apenas mostrar como se faz isso.

Outro ponto importante, na compreensão dos pressupostos da estrutura do Programa de Filosofia para Crianças, é a formação de uma comunidade na sala de aula para estimular o pensar. Os fundamentos que Lipman identifica estão na psicologia cognitiva e social dos trabalhos de George Herbert Mead e na obra de Lev Vygotsky. Além do aspecto cooperativo, a concepção de comunidade interessa como local de relação entre diálogo e pensamento, onde o caráter auto-corretivo do pensar evidencia-se pela comparação e diversidade de opiniões na reflexão gerada pelo diálogo. Ele se confirma como instrumento importante no processo ensino-aprendizagem, quando se verifica seu caráter investigativo, ou seja, quando as crianças levam em conta o desenrolar do diálogo. Nesta comunidade de investigação, o papel do professor é fundamental para seu estabelecimento e desenvolvimento. O professor é parte da comunidade, contudo tem autoridade “no que se refere às técnicas e procedimentos da investigação” (LIPMAN, 1994: 72). Esse suporte teórico-metodológico deve ser fruto de uma formação adequada. Lipman acentua que, “o curso universitário de Filosofia não prepara o professor para traduzir os conceitos e a terminologia da Filosofia de uma maneira que as crianças possam entender” (Idem: 74). Para formar o professor para o trabalho de Filosofia para Crianças, o currículo básico não deve diferir essencialmente do currículo que se aplicará com os alunos, embora que, com mais profundidade. Pois, para ele, os professores precisam ser formados através das mesmas abordagens didáticas que utilizarão com os alunos – sendo, por exemplo, estimulados a raciocinarem através de questionamentos pelos seus docentes, para habitualmente estimularem seus alunos também.

O objetivo principal do Programa de Filosofia para Crianças é “(...) ajudá-las a pensar por si mesmas” (Idem: 81). Os demais objetivos, segundo sua concepção original, relacionam-se com este no desenvolvimento das habilidades do pensamento. O Programa de Filosofia para Crianças é considerado pelo seu idealizador como uma inovação educacional, pois as possibilidades educacionais da Filosofia como disciplina da escola primária podem esclarecer as conexões entre Educação e Filosofia. Contudo, em relação à Filosofia e seu conteúdo específico, Lipman considera que preservar a integridade da Filosofia como uma disciplina é integrá-la no currículo de forma autônoma, sem a divisão de “espaço” com outras disciplinas. O que se ressalta é uma maneira de não se considerar o questionamento sobre a manutenção do conteúdo especificamente filosófico. Observa-se, na análise dos pressupostos teórico-

metodológicos do Programa, um acentuado privilégio à lógica formal e informal, tanto em sua estrutura quanto em seu exercício. Mesmo quando se apresentam nos objetivos do Programa características que permeiam outras áreas da Filosofia, como a ética, por exemplo, insiste-se na necessidade de um trabalho orientado pelo método aristotélico. Ora, especializar o pensamento no exercício lógico assegura uma reflexão filosófica?

No Brasil, a crítica sobre a ênfase da lógica no Programa de Filosofia para Crianças não representa uma oposição a esse tipo de trabalho. Ainda que, boa parte do meio acadêmico nacional limite sua crítica à proposta de Lipman a um argumento de ordem financeira, pois se considera apenas um mote para comercialização de material didático, nega-se assim a leitura e o questionamento filosófico que o trato com a Filosofia requer. O ritmo da expansão e implantação do Programa no país, no entanto, demonstrou a viabilidade desta proposta de forma efetiva, o que necessariamente implica em pesquisas de educadores e filósofos. Os estudos que permearão esta pesquisa caracterizam-se pela análise das possibilidades em aberto desse novo campo educacional, como afirma Kohan: “Elas não pretendem ser verdades categóricas. Não tem pretensão de verdades acabadas. Importa-nos deixar explícito que consideramos esse programa o intento mais sistemático e rigoroso de levar a filosofia às crianças. Ele tem um valor fundante inquestionável: abriu caminhos intransitados até então pela filosofia. É pioneiro, inaugura horizontes” (KOHAN, 2000: 83-84).

Encarar os aspectos positivos desta proposta de trabalho com a Filosofia não reduz a dúvida que impulsiona a análise crítica do objeto, pois este é justamente o elemento objetivo que aponta a investigação científica sobre as possibilidades e limites que, tanto esta teoria quanto esta prática, determinam. Um dos limites indicados anteriormente – a ênfase na lógica – tem sido o foco das análises preliminares do Programa, apontando não somente a carência de outros conteúdos filosóficos, mas também, atentando para a forma como este exercício está presente no material em questão. Kohan ao analisar a metodologia do Programa, através do currículo – composto pelas novelas e manuais filosóficos que reconstroem a história da filosofia ocidental – e da prática na sala de aula, partindo de alguns exemplos presentes no material indicado, afirma que “(...) esse programa tem uma série de limitações” e que “é preciso problematizar seus pressupostos e implicações” (Idem: 84). Na novela dedicada preferencialmente à lógica, o autor assinala o que ele chama de tensão entre a forma em que é exposta a lógica no programa Ari e a lógica como subdisciplina da filosofia, uma

vez que este trabalho se torna um dever tanto para o professor quanto para o aluno, na novela e no manual, para que o trânsito pela Filosofia prossiga. O que contradiz um dos fundamentos da proposta que pretende auxiliar na reforma do ensino no que tange ao interesse do aluno como ponto de partida da relação filosófico-pedagógica da comunidade de investigação, já que ele pode não ter interesse pelas regras lógicas que o Programa considera insubstituível. Assim, não se questiona também a própria lógica e seus conteúdos, o que, segundo Kohan, corrobora para a semelhança entre o Programa de Lipman e os manuais tradicionais de ensino de lógica, pois “a relação com o ensinado, contudo, tanto do professor quanto do aluno, não parece diferir muito: não se favorece a problematização dos conteúdos ‘verdadeiros’ da lógica nem seu estatuto epistemológico” (Idem: 83).

Este e outros limites devem ser pesquisados para que se possa vislumbrar a pertinência desta prática nas escolas. Além dos obstáculos metodológicos evidentes, faz-se necessário problematizar os elementos que concernem quanto à origem do Programa, que foi idealizado para uma dada realidade estrangeira, bem como os que se referem à manutenção da Filosofia em sua universalidade.

Caminhos para a Pesquisa

O objetivo principal desta pesquisa é discutir, do ponto de vista curricular, o eixo Educação pela Filosofia nas Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. Neste intuito, faz-se necessário vislumbrar duas questões fundamentais: investigar qual a concepção filosófica presente nas Diretrizes Curriculares, procurando estruturar em linhas gerais o conceito – Educação pela Filosofia; analisar elementos que possam caracterizar o ensino de Filosofia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Há uma dificuldade inerente ao ato da pesquisa em sua categorização, dessa maneira, compreende-se que mais importante que distinguir a questão da pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, é entender os referenciais teóricos da análise da pesquisa. No limite, pensa-se que está em jogo a concepção de realidade do pesquisador e do campo teórico no qual ele se insere. Ao se investigar a Educação, outros problemas se levantam neste campo, pois existe uma diversidade considerável de possibilidades de formas de se produzir teoricamente. Isto se deve pela diversidade de teorias sociais que

sustentam a pesquisa na Educação. O desafio está em olhar o objeto de estudo com a especificidade pertinente ao campo e buscar relações com as grandes teorias sociais, uma vez que a opção teórica imbricada na prática social do trabalho na Educação remete-se à relação sujeito-mundo social. Assim, entende-se que a compreensão dessas relações, que determinam a efetividade dos sujeitos e do mundo social, ultrapassa os limites da contextualização, referindo-se diretamente à análise dos elementos que fundamentam tais existências.

A relação trabalho teórico–campo empírico estará privilegiada na constituição desta investigação, por se considerar que a questão da generalização deve ser compreendida na perspectiva da utilização de categorias teóricas, que possibilitam o estabelecimento de racionalidades, relacionadas às concepções de mundo social das abordagens qualitativas de pesquisa. Desta forma, localizar-se-á o plano deste trabalho no contexto da descoberta, focando a formulação de teorias ou de modelos no decurso ou no final da investigação (LESSARD-HEBERT et al), que possibilitem a compreensão dos elementos constituintes da prática de ensino de Filosofia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Tal diálogo será buscado também na organização das etapas da pesquisa, que caracterizar-se-ão pela constante revisão dos procedimentos previamente eleitos, assim como, pela sua reformulação mediante as necessidades percebidas e levantadas no cotejamento dos dados empíricos com a análise teórica. Para tanto, buscar-se-á empreender um número razoável de vagas de trocas de impressões e de observações (considerando-se o tempo do programa de mestrado), para acumular, selecionar e afinar os dados recolhidos com a análise interpretativa (IDEM). Previamente, pretende desenvolver-se esta investigação a partir de sua divisão em três partes:

1. Análise da bibliografia existente sobre o Programa de Filosofia para Crianças – para procurar delimitar os pressupostos do ensino de Filosofia para Crianças e analisar estes pressupostos, tendo como referência suas possibilidades de realização objetiva.
2. Análise de documentos atribuídos ao segundo eixo das Diretrizes Curriculares da rede municipal de Curitiba – para descrever e investigar as condições desse trabalho em relação aos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam esta prática pedagógica.

3. Levantamento de dados:

a) junto à direção do Ensino Fundamental na SME – através de entrevista informativa, a fim de adquirir elementos que possam ajudar a estabelecer critérios para a seleção do corpo docente a ser investigado e das escolas a serem observadas;

b) junto ao corpo docente da rede municipal de Curitiba – através da aplicação de questionário, para analisar a concepção de Filosofia e a visão dos professores sobre as Diretrizes Curriculares em foco, no que se refere ao eixo que trata da Filosofia para Crianças.

O interesse amplo deste trabalho remete-se à compreensão do Programa de Filosofia para Crianças, como uma recente metodologia de ensino de Filosofia nas séries iniciais da educação formal, em processo de expansão, implantação e desenvolvimento no Brasil. Especificamente, a questão que orienta esta pesquisa refere-se à investigação da proposta pedagógica presente nas Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação de Curitiba, de modo que se torne possível entender a efetividade das políticas públicas de incentivo ao ensino de Filosofia. Assim, a pesquisa a ser realizada caracteriza-se enquanto um estudo de caso, uma vez que “(...) o estudo de caso é o estudo de um caso” que “(...)se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo”(LUDKE, 1986: 17). Deste modo, o estudo: buscará novos elementos que permitam discutir os pressupostos teóricos que o orientam; enfatizará a interpretação em contexto para uma compreensão melhor do objeto em questão; procurará examinar a realidade que se pretende retratar em profundidade, orientando a concepção de realidade à partir da “(...) multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema(...)”(IDEM: 19) ; utilizará uma variedade de fontes de informação (bibliografia, documentos, questionário e entrevista informativos) visando o enriquecimento para análise das hipóteses, dados e suposições que impulsionam a investigação; considerará a experiência do pesquisador, possibilitando ao leitor a formulação de generalizações naturalísticas que “(...) ocorrem em função do conhecimento experiencial do sujeito, no momento em que tenta associar dados encontrados no estudo com dados que são frutos de suas experiências pessoais.” (IDEM); também procurará representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social, considerando a pluralidade das perspectivas sobre a realidade uma necessidade para a superação dos obstáculos teóricos e práticos da educação e por fim, a

linguagem a ser utilizada neste relato se delimitará pelo estilo informal, narrativo e ilustrado por citações, exemplos e descrições.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:

Conceituar a Filosofia constitui um dos principais objetos de investigação filosófica desde sua origem. Ao se entrecruzar as idéias de Filosofia e Educação, encontra-se outro objeto de questionamento filosófico não menos remoto e insistente na história do pensamento ocidental: “A gente termina sempre por perguntar: para que serve o filosofar e o fim último do mesmo – a própria Filosofia considerada como ciência segundo o conceito de escola?” (KANT, 1992:41). De certa forma, ao se pensar no significado de utilidade para a disciplina no âmbito escolar remete-se diretamente à habilidade nela envolvida – o filosofar. Neste sentido, o documento das Diretrizes apóia-se numa tendência educacional que privilegia o filosofar como instrumental no desenvolvimento do aluno para a cidadania.

O PFC carrega em sua denominação a necessidade de esclarecimentos conceituais para que se possa discutir sua suficiência semântica, bem como se possa entender sua estrutura formal. Para o professor Matthew Lipman, fundador do Programa, a “Filosofia para Crianças” constitui uma abordagem específica, onde há “(...) a preocupação de utilizar a filosofia como um elemento nuclear da educação formal, institucionalizada, das crianças” (LIPMAN, 1999: 362). Ele ressalta que esse tipo de aproximação custa o desenvolvimento de materiais curriculares e pedagogias apropriadas, assim como o estabelecimento de centros de formação e pesquisa nacionais e internacionais, conforme a organização de seu Programa. A delimitação de suas nomenclaturas não esclarece pontos que devem ser pensados. Lipman refere-se à Filosofia e às Crianças abrindo lacunas e questionamentos tácitos, de modo que não se evidencia o que ele entende por Filosofia e por Criança: Qual o conceito da disciplina se está direcionando para qual ser?

O intuito inicial dessa leitura fora extrair o significado da proposição – Educar pela Filosofia – buscando indicativos para sua realização na sala de aula. O resultado parcial, no entanto, pode se aproximar apenas de um sentido de “Educação pela Filosofia”, não somente pela carência de uma estrutura mais definida do documento em relação ao tema, mas também, pelas dificuldades de se vislumbrar com mais clareza

esse universo do ensino de Filosofia nas séries iniciais. O ideal do ensino de Filosofia na educação fundamental ainda dista de sua realização. Pode-se afirmar essa intenção na formulação do PFC, o que caracterizou **um ideal** de ensino. Lipman tentou estruturar uma forma objetiva de se trabalhar esse ensino, numa tentativa de se ultrapassar limites de conteúdo, o que poderia se refletir em pequenos cursos de História da Filosofia, restringindo-se à transmissão de informações. No entanto, esse ponto positivo demonstra somente a inauguração de uma maneira de se pensar em tais referenciais metodológicos. Há de se pensar nos horizontes não contemplados por esse Programa, nem pelas propostas da secretaria municipal de educação. Questionar o conteúdo desta proposição de formação para a cidadania impõe interrogações que partem do próprio conceito de cidadania. Impõem-se discussões também, acerca da Filosofia e seu estatuto no currículo do ensino fundamental e do ensino em sua totalidade.

Carregar o pensamento filosófico para os anos iniciais da Educação formal é direcionar a atenção sobre o intento do filosofar na formação humana. No limite, significa inaugurar campos de atuação para esse pensamento em sua relação com a Educação – se antes, o propósito localizava-se na discussão e elaboração de conceitos pertinentes ao pensamento pedagógico, caracterizando uma preocupação teórica; dessa divisa em diante, torna-se necessário perguntar por conceitos que concernem ao âmbito didático de sua aplicação, ou não, como disciplina no ensino fundamental, denotando assim uma inquietação objetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CURITIBA, Secretaria Municipal da Educação. *Diretrizes Curriculares: em Discussão*. Curitiba, 2000.

HORN, Geraldo Balduino. *Filosofia*. In: KUENZER, Acácia (org). *Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

KANT, Immanuel. *Lógica*. Trad. do texto original estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KOHAN, Walter Omar. *Filosofia para Crianças*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____ e LEAL, Bernardina (org.). *Filosofia para Crianças em Debate*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal. Lógica Dialética*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Trad. Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

LIPMAN, Matthew. *O Pensar na Educação*. Trad. Ann Mary Fighiera Perpétuo. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, SHARP, Ann Margaret e OSCANYAN, Frederick S. *A Filosofia na Sala de Aula*. Trad. Ana Luiza Fernandes Falcone. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

LUDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SHARP, Ann Margaret e SPLITTER, Laurence J. *Uma Nova Educação: a comunidade de investigação na sala de aula*. Trad. de Laura Pinto Rebessi. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.